



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA
29.01.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
1 de 24

RESPONSÁVEL
Iris Helena

SUMÁRIO

- ❖ [PRODUÇÃO E INFLAÇÃO EM 2025 – O Popular](#)
- ❖ [SAÚDE COMO TERMÔMETRO DA GESTÃO – O Popular](#)
- ❖ [RECORDE DE RECEITA NÃO VEM SEM EMBARACOS PARA O GOVERNO – Folha de São Paulo](#)
- ❖ [ANTIGLOBALISMO ANTICIENTÍFICO – Folha de São Paulo](#)
- ❖ [AVANÇO CHINÊS EM IA MUDA O JOGO – Folha de São Paulo](#)
- ❖ [NÃO HÁ ELEMENTOS PARA INDICIAR TODOS OS CITADOS NA DELAÇÃO DE MAURO CID, DIZ CHEFE DA PF – Folha de São Paulo](#)
- ❖ [ARRECADAÇÃO TEM ALTA REAL DE 9,62% EM 2024 E FECHA ANO EM PATAMAR RECORDE – Folha de São Paulo](#)
- ❖ [O PROBLEMA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL SERÁ A ESTUPIDEZ NATURAL – Folha de São Paulo](#)
- ❖ [MINISTRO DO STJ MANTÉM PRISÃO DE POLICIAL PENAL SUSPEITO DE FURTO DE ARMAS – O Hoje](#)
- ❖ [DIFICULDADE NA COBERTURA VACINAL PREOCUPA GESTORES – Correio Braziliense](#)
- ❖ [TRUMP, O XERIFE DO MUNDO – Correio Braziliense](#)
- ❖ [UM PEDAÇO DO MUNDO – Correio Braziliense](#)
- ❖ [ANPD NÃO MULTOU EMPRESAS POR VIOLAÇÃO DA LGPD EM 2024 – Valor Econômico](#)
- ❖ [SESSÕES DO CARF SÃO AFETADAS POR PARALISAÇÃO DE AUDITORES – Valor Econômico](#)
- ❖ [DESTAQUE – Valor Econômico](#)
- ❖ [A HORA E A VEZ DAS AÇÕES POR DANOS CONCORRENCIAIS – Valor Econômico](#)
- ❖ [DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB](#)

JORNAL – O POPULAR – 29.01.2025 – PÁG. 03

Produção e inflação em 2025

Edson Roberto Vieira



A produção agrícola de 2024 foi muito afetada pelas condições climáticas, registrando queda de 7,2% no Brasil e de 1,8% em Goiás. Tais condições estiveram sujeitas ao fenômeno El Niño, que provocou impactos variados nas principais regiões produtoras brasileiras. O país experimentou a pior seca dos últimos 80 anos em 2024, ano que também será lembrado pelas inundações causadas pelo excesso de chuvas no Rio Grande do Sul.

Para 2025, o clima será capitaneado pelo La Niña. Esse mesmo fenômeno ocorreu em 2023, mas perdeu força, tornando as condições climáticas favoráveis à produção agrícola, que foi recorde no Brasil e em Goiás. A boa notícia é que algo parecido pode ocorrer em 2025. Não por acaso, o terceiro prognóstico para a safra 2025 realizado pelo IBGE aponta que a produção brasileira de grãos deve ser 10,2% maior do que a de 2024. A safra pode atingir 322,6 milhões de toneladas, ultrapassando a de 2023, e se tornar a maior da história. Situação semelhante deve ser vivenciada em Goiás. As estimativas indicam que a produção do estado em 2025 deve alcançar 35,1 milhões de toneladas, ante 33,3 milhões em 2024 e 34,0 milhões de 2023, sendo esta também a maior da série histórica para o estado.

Tanto no Brasil quanto em Goiás, os resultados devem ser puxados especialmente pelas produções de soja e de milho, que, juntas, devem ser responsáveis por quase 90,0% do total de grãos produzidos nessas duas regiões. De acordo com o IBGE, a cultura da soja tem se desenvolvido bem na maioria dos estados, gerando expectativa de aumento de 15,4% da produção no Brasil e de 18,4% em Goiás. Em relação ao milho 1ª safra, muito embora haja expectativa de ligeira queda da produção em Goiás (-0,2), na maioria dos estados a produção deve aumentar e elevar a safra nacional em 9,3%. Ademais, as condições climáticas desse ano apontam para a existência de uma janela relativamente boa para o plantio da segunda safra de milho, que deve aumentar 4,1%.

Se esses números se confirmarem, o crescimento da produção agrícola nacional pode contribuir para deixar a inflação mais comportada, assim como ocorreu em 2023, quando a produção foi recorde e o subgrupo de alimentação no domicílio caiu 0,5%. Em 2024, ao contrário, esse subgrupo aumentou 8,22% e foi uma das principais causas do estouro da meta de inflação. De acordo com o estudo da LCA 4intelligence, isso ocorreu em grande medida por conta do El Niño, que foi responsável por quase 30,0% da alta do subgrupo de alimentação no domicílio no ano passado. Produtos essenciais para os brasileiros tiveram aumento bem acima do IPCA (4,83%), como o café (39,6%), o óleo de soja (29,2%), as carnes (20,8%), o leite longa vida (18,8%) e o arroz (8,24%).

Evidentemente, os preços dos alimentos não dependem apenas do aumento da oferta interna e fatores externos são fundamentais para explicar seus movimentos, como é o caso do preço do dólar, que é um dos preços mais difíceis de se prever. Vejamos o que pesará mais na balança nesse ano. Se for o aumento da produção agrícola doméstica, a inflação pode ficar mais comportada. Caso seja o dólar, as pressões sobre os preços dos alimentos devem continuar, mesmo com o aumento da produção agrícola.

Saúde como termômetro da gestão

Renato Pedreiro Miguel

Tal qual um termômetro para medir a temperatura, nada melhor que a área da saúde para monitorar a qualidade de uma gestão pública. Se a saúde vai mal, o reflexo está na condução da administração pública. Em muitas cidades, a situação em que se encontra o setor provoca insegurança e caos entre a população. A esperança de uma mudança para melhor vem com a posse dos novos prefeitos e secretários municipais que há pouco assumiram seus cargos. É premente a necessidade de reorganização e replanejamento do setor num menor espaço de tempo possível, pois já houve pessoas que pagaram com a vida.



É preciso um cuidado especial com a atenção primária. Neste nível é possível resolver a maioria das necessidades dos usuários dos serviços e orientar aquelas de maior complexidade. As unidades básicas de saúde, os centros de atenção integrada e também as maternidades, são essenciais e onde ocorrem a prevenção e o tratamento corretos, porém nos últimos tempos têm dado sinais de arrego. Em muitos desses estabelecimentos há déficit de profissionais especializados - tais como os biomédicos, responsáveis pelos exames laboratoriais, por exemplo. Faltam insumos e as estruturas são insuficientes para o bom atendimento e o correto encaminhamento do indivíduo, seja no sistema de regulação ou num simples transporte de ambulância.

Portanto, faz-se imprescindíveis providências suficientes para reverter o quadro atual. E é responsabilidade dos governos a condução de medidas para retomar o funcionamento das unidades de saúde com sua plena capacidade. A garantia do retorno eficaz dos serviços prestados não é favor, mas direito dos cidadãos. Devem atender a todos sem distinção, com equidade e exige celeridade, conforme os preceitos constitucionais.

Porém o mau gerenciamento nesta área gera um efeito dominó no sistema prejudicando os usuários dos serviços em diferentes instâncias sejam elas laboratoriais, de vacinação, urgência ou emergência entre outras. É fundamental que as atividades sejam constantes, amplas e realizadas em estruturas adequadas. Importante também disseminar informações claras para a população sobre os funcionamentos das unidades, seus serviços e atendimentos. Além de capacitar os profissionais de saúde e investir em tecnologia. São muitas as dificuldades, sem dúvida. Cada gestor tem sua receita para driblá-las.

Porém, o resultado deve ser a total resolução sobre as deficiências enfrentadas pela população que já se prolongou por demais. Caberá aos novos prefeitos e secretários municipais de saúde as medidas para reorganização do sistema e a condução satisfatória dos trabalhos. O desafio é manter o termômetro em níveis estáveis, ou seja, demonstrando que a saúde pública se encontrará em patamares satisfatórios e sem riscos para os usuários. Como deve ser.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 29.01.2025 – PÁG. A2

Recorde de receita não vem sem embaraços para o governo

Tesouro recebe maior valor real da história em tributos, mas fecha no vermelho; alta dos gastos precisa ser contida

Fossem outras as circunstâncias, o recorde de arrecadação tributária contabilizado em 2024 seria lido como uma vitória do ministro Fernando Haddad, da Fazenda, e sua equipe, que tiveram sucesso considerável no esforço de buscar mais receitas. No atual contexto, porém, o resultado não vem sem embaraços para o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Os números impressionam. Em valores corrigidos pela inflação, a União coletou R\$ 2,709 trilhões em impostos, contribuições, taxas, royalties e outras fontes, um salto de 9,6% —ou R\$ 238 bilhões, suficientes para pagar quase um ano e meio de Bolsa Família— em relação ao ano anterior.

Maior da história em termos reais, a arrecadação foi equivalente a 22,46% do Produto Interno Bruto estimado, patamar que só havia sido atingido ou superado em alguns momentos da primeira década do século, quando o país vivia um momento excepcional devido ao boom global de preços de produtos primários. Parcela importante da melhora pode ser atribuída ao crescimento da economia, que superou as expectativas iniciais e se aproximou dos 3,5%. Mas foram decisivas, de fato, as providências destinadas a reduzir benefícios e elevar a tributação.

Por esse aspecto, o recorde é divulgado em momento politicamente delicado para o governo Lula, ainda às

voltas com a péssima repercussão de uma medida para elevar o controle de transações por meio do Pix —que suscitou a informação falsa de que o instrumento seria taxado e a percepção plausível de que o governo federal buscava elevar receitas com fiscalização. Mais grave, a cifra excepcional escancara o fracasso da estratégia petista de equilibrar o Orçamento exclusivamente com o aumento de receitas, sem conter a alta contínua das despesas.

Afinal, nem a arrecadação histórica bastou para cobrir os gastos com pessoal, custeio administrativo, programas sociais e



investimentos. O Tesouro Nacional deve apurar um déficit primário (excluindo encargos com juros da dívida) perto dos R\$ 40 bilhões no ano passado. Daqui para a frente, o cenário deve ser bem mais difícil. Algumas das receitas de 2024 tiveram caráter extraordinário e devem se reduzir; a busca de mais recursos será obstruída pela campanha da oposição à direita contra a sanha arrecadatória de Lula; a disparada dos juros, consequência da gastança, tende a limitar a expansão da economia.

Com a alta das taxas dos títulos públicos, ademais, o governo federal precisará buscar superávits maiores para conter a escalada de sua dívida. É correta e justa a estratégia de rever privilégios tributários para setores influentes —multiplicados, aliás, em gestões petistas anteriores. É ilusório, porém, imaginar que elevar uma carga já excessiva resolverá o grave desequilíbrio das contas do Tesouro. A arrecadação precisa ser mais bem distribuída, não maior.

Antiglobalismo anticientífico

Com patriotismo datado de Trump, EUA saem da OMS, da qual são o maior doador; isolamento do país afeta população mundial

Em seu discurso na Assembleia Geral da ONU de 2018, Donald Trump, então no seu primeiro mandato, disse que os Estados Unidos vão sempre escolher a sua soberania em vez de um governo global. Essa ideologia antiglobalista, em voga na direita populista, apoia-se num patriotismo anacrônico para condenar o comércio e as instituições internacionais. E foi com base nela que o presidente americano instituiu, na sua volta à Casa Branca, medidas que podem gerar efeitos nefastos para a população mundial.

Trump assinou ordens executivas que retiram os EUA do Acordo de Paris —tratado internacional sobre mudança climática, de 2015— e da Organização Mundial da Saúde. Nesses casos, verifica-se ainda o obscurantismo científico do atual chefe da nação mais poderosa do planeta. As medidas são temerárias. No caso da OMS, os EUA são o maior doador do órgão que é referência em pesquisas médicas e projetos de promoção da saúde. Na pandemia de Covid-19, teve papel crucial em articulação de esforços e divulgação de informações.

Entre 2022 e 2023, os americanos destinaram US\$ 1,3 bilhão à OMS. O segundo maior doador é a Alemanha (US\$ 856 milhões), seguida pela Fundação Bill & Melinda Gates, do fundador da Microsoft, com US\$ 830 milhões. Cerca de 42% da verba oriunda dos EUA foi para países da África, que enfrentam altas taxas de contaminação do HIV e surtos de Mpox. Projetos para erradicação da poliomielite, que voltou a ser emergência global em 2014, receberam 14,8% do montante. No ambiente doméstico, a medida de Trump visa agradar a sua base de apoiadores, adepta do comportamento antivacina e de teorias conspiratórias nacionalistas sobre ameaças de um suposto governo global.

Outro setor afetado é o da imigração. A Casa Branca cortou



por 90 dias o repasse de recursos para entidades como a Organização Internacional para as Migrações, ligada à ONU. A OIM atua no suporte a refugiados, como os da Venezuela, em 14 estados do Brasil e já avisou o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que suspenderá atividades por três meses. Naquela Assembleia Geral da ONU de 2018, Trump também disse que honra "o direito de cada nação de buscar seus próprios costumes, crenças e tradições". A questão é que políticas para a saúde, o ambiente e a proteção dos direitos humanos devem ser regidas não só por traços culturais e patriotismo, mas por evidências científicas e valores universais que têm contribuído para o avanço civilizatório global.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 29.01.2025 – PÁG. A3

Avanço chinês em IA muda o jogo

Após sucesso da DeepSeek, EUA terão de repensar sua estratégia em geopolítica e investimentos

Hélio Schwartsman



Donald Trump ainda celebrava sua vitória sobre Gustavo Petro, da Colômbia, quando sentiu o golpe. Ações de empresas de chips, como a Nvidia, derreteram depois que o mercado acordou para os avanços dos chineses na inteligência artificial (IA) —o front que realmente importa. A DeepSeek não precisou de muito mais que um ano para passar de obscura startup chinesa para empresa que concorre com gigantes da IA, como OpenAI, Google e Meta. Sua façanha foi oferecer um modelo de IA gerativa tão eficiente quanto os das empresas líderes, mas a um custo incrivelmente menor.

A última versão do programa da DeepSeek foi treinada por US\$ 6 milhões, contra US\$ 100 milhões do modelo da OpenAI. E demanda só uma fração da energia necessária para alimentar o ChatGPT. Ainda mais impressionante, os chineses fizeram isso sem ter acesso a chips avançados. Da geopolítica aos investimentos, a façanha da DeepSeek muda tudo. Vai por água abaixo a estratégia dos EUA de manter hegemonia tecnológica bloqueando o acesso dos chineses a chips avançados, de menos de 3 nanômetros. Assessores de Trump ligados à tecnologia já falam em momento Sputnik.

Os americanos vão ter agora de correr. Também devem pôr as barbas de molho aqueles que apostavam principalmente na miniaturização de chips ou em energia verde para mover data centers cada vez mais eletrointensivos. A DeepSeek mostrou que existem outros caminhos para fazer a IA avançar. Não custa lembrar que é a tecnologia que determina vencedores e perdedores. Os EUA não triunfaram na Guerra Fria por causa dos discursos de Reagan contra o eixo do mal, mas porque a URSS ficou para trás na corrida tecnológica. Ela até ia bem na área aeroespacial, mas era um desastre em informática e agricultura. Gorbatchov abriu o regime porque não conseguia competir.

E, se é verdade que riqueza são ideias (humanas), então a China parece mais bem posicionada do que os EUA para avançar. Tem uma população quatro vezes maior e uma educação básica de melhor qualidade.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 29.01.2025 – PÁG. A10

Não há elementos para indiciar todos os citados na delação de Mauro Cid, diz chefe da PF

Andrei Rodrigues critica 'powerpoint' na Lava Jato e diz que inquérito sobre bolsonarismo é isento

Caio Crisóstomo

Em meio às investigações em andamento sobre a trama golpista no governo Jair Bolsonaro (PL), o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, disse não haver elementos suficientes para indiciar todos os citados na delação premiada do ex-ajudante de ordens Mauro Cid. Na primeira delação de Cid, revelada pelo colunista Elio Gaspari, o tenente-coronel citou 9 das 40 pessoas que acabaram sendo indiciadas pela PF.



Entre os mencionados como integrantes da ala mais radical estão a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP). Os dois não foram indiciados no relatório final, apresentado em novembro. "No caso concreto, está lá no relatório [final da trama golpista] que não houve a busca de outros elementos que pudessem confirmar que essas pessoas [Michelle, Eduardo e outros não indiciados] tenham participado", disse Andrei no programa Roda Viva, da TV Cultura, nesta segunda-feira (27).

O diretor da corporação afirmou que colaboração é apenas "um instrumento de obtenção de provas" e que não basta o delator "anunciar determinadas situações e nós já tomarmos aquilo como verdade absoluta". Segundo ele, a equipe foi a campo a partir dos relatos, colheu mais depoimentos, fez extração de dados e chegou às conclusões apresentadas. Andrei disse ainda que o relatório apresentado é completo e consistente. Indagado sobre a duração do inquérito, respondeu que as investigações têm um "tempo de maturação". Na primeira entrevista já concedida por um diretor-geral da PF ao programa, Andrei foi questionado se cumpriria pessoalmente uma eventual determinação da prisão de Bolsonaro, mas tergiversou e disse que as equipes cumprirão qualquer ordem judicial.

O diretor da PF também fez menção à apresentação de PowerPoint pelo então procurador Deltan Dallagnol no âmbito da Lava Jato em 2016. Segundo ele, houve falhas na atuação dos policiais federais na operação que mirava desvios na Petrobras e outros órgãos públicos. Na sequência de slides, Deltan chamou de "14 conjuntos de evidências" que apontavam para o nome do hoje presidente Lula (PT) no centro. "A Polícia Federal de hoje não faz entrevista coletiva pré-condenando, prejudgando ninguém, não faz powerpoint com

responsáveis por operações já pré-condenando as pessoas. Faz investigação isenta, séria e responsável", disse.

O diretor da PF voltou a defender a regulação das redes sociais ao comentar a crise relacionada ao Pix. Ele também informou que ainda não foi instaurado um inquérito e aguarda mais informações da AGU (Advocacia-Geral da União). As declarações sobre investigações sigilosas em andamento se tornaram recorrentes no governo Lula, principalmente pelo chefe da PF. As manifestações públicas costumam ser de inquéritos que miram opositores do governo.

A gestão de Andrei é marcada também pela proximidade com o presidente. Como mostrou a Folha, o diretor da PF viaja com frequência na comitiva presidencial para o exterior, o que despertou o temor de alguns integrantes da corporação sobre possível contaminação política. No final de 2024, a PF concluiu a investigação sobre suposta trama golpista no governo Bolsonaro e indiciou o ex-presidente e outras 39 pessoas. Durante o comando de Andrei, a corporação também intensificou os embates com outros órgãos públicos, como o GSI (Gabinete de Segurança Institucional), Exército e a Polícia Rodoviária Federal.

Além deles, a Abin (Agência Brasileira de Inteligência) entrou na mira da PF por uso de um software espião suspeito de ser ter sido utilizado para espionar adversários políticos e blindar os filhos de Bolsonaro. O caso ficou conhecido como "Abin paralela", apesar de o grupo suspeito de espionagem ilegal ser composto, em sua maioria, por policiais federais cedidos à agência, sob o comando do então diretor Alexandre Ramagem, hoje deputado federal pelo PL-RJ.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 29.01.2025 – PÁG. A11

Arrecadação tem alta real de 9,62% em 2024 e fecha ano em patamar recorde

Receitas do governo somaram R\$ 2,65 trilhões no ano passado, maior da série iniciada em 1995

Idiana Tomazelli

O governo federal registrou uma arrecadação recorde em 2024. As receitas somaram R\$ 2,65 trilhões, uma alta de 9,62% em relação ao ano anterior, já descontado o efeito da inflação, segundo dados anunciados nesta terça-feira (28) pela Receita Federal. Só no mês de dezembro, as receitas somaram R\$ 261,3 bilhões, um aumento real de 7,78% em relação a igual mês de 2023. Nesta comparação o resultado também é o melhor para o mês na série histórica, iniciada em 1995.



O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) contou com uma série de medidas para reforçar o caixa no ano passado, mas o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) e o efeito do aumento de preços também ajudaram a puxar as receitas. O secretário da Receita



CLIPPING

DATA

29.01.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

9 de 24

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Federal, Robinson Barreirinhas, classificou o resultado de "espetacular" e atribuiu boa parte do desempenho à atividade econômica. "Houve reativação de setores inteiros da economia, que passaram a recolher montantes importantes [de tributos]", afirmou durante a abertura do anúncio dos números. Ele não permaneceu na entrevista para responder a perguntas dos jornalistas, mas depois, procurado pela Folha, rebateu críticas de agentes do mercado financeiro que são céticos quanto à melhora estrutural da arrecadação e veem o desempenho de mais calçado em medidas extraordinárias.

"Essas medidas não são de receita extraordinária, os resultados serão maiores nos anos seguintes. Com exceção parcial da medida da tributação dos fundos e offshores, que teve um valor expressivo em 2024, por conta da regularização do passado. Mas o fluxo continua a ser tributado, isso é novidade que veio para ficar", disse Barreirinhas. O secretário se referiu ao esforço extra obtido com a tributação dos rendimentos acumulados pelos super-ricos nos chamados fundos exclusivos, bem como dos ganhos em fundos mantidos em paraísos fiscais (offshore).

Segundo a Receita Federal, o governo obteve R\$ 13 bilhões com a taxação dos fundos exclusivos, o que inclui o estoque de rendimentos até então não tributado, e outros R\$ 7,67 bilhões com a cobrança de impostos sobre os ganhos com fundos em paraísos fiscais. Nos próximos anos, a tendência é que a receita com essa medida seja menor. O secretário também destacou um reforço de R\$ 18,3 bilhões na arrecadação com ações de conformidade, autorregularização de contribuintes e acordos de transação tributária —estes últimos renderam, sozinhos, R\$ 5,4 bilhões.

A redução nas compensações tributárias também ajudou o governo a ampliar receitas. O instrumento permite aos contribuintes usar créditos tributários para abater o valor de impostos a pagar. Quanto menor é o valor compensado, maior tende a ser a arrecadação federal. No ano passado, as compensações tributárias somaram R\$ 236,85 bilhões, abaixo dos R\$ 248 bilhões abatidos pelos contribuintes em 2023. Neste caso, ambos os valores são nominais. A principal queda se deu na compensação de créditos judiciais. Desde o início de 2024, o Ministério da Fazenda passou a limitar o abatimento de créditos obtidos via sentença judicial, após a derrota no julgamento sobre a inclusão de ICMS na base de cálculo de PIS/Cofins (apelidada de "tese do século") ter gerado um passivo bilionário para a União. Contribuintes com créditos maiores que R\$ 10 milhões precisaram se submeter aos limites mensais de uso dos créditos. Com isso, a compensação por ação judicial caiu 44,6% no ano passado, para R\$ 45,7 bilhões. Em 2023, sem a trava, os contribuintes deixaram de recolher R\$ 82,4 bilhões por meio do uso dos créditos judiciais (em valores nominais).

Barreirinhas disse ainda que o governo assegurou outros R\$ 51 bilhões em receitas com o aumento de 150% no volume de créditos rejeitados pelos técnicos do fisco. Sem o reforço das equipes de análise desses abatimentos, afirmou o secretário, o governo teria perdido essa fonte de arrecadação ao permitir compensações indevidas. Por outro lado, o Executivo também teve frustrações em algumas receitas. A principal delas foi a negociação especial para contribuintes derrotados pelo voto de desempate nos julgamentos do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais). O governo chegou a projetar um incremento de R\$ 55,6 bilhões com a medida, mas arrecadou só R\$ 307 milhões (cerca de 0,6% do esperado).

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias, disse que as estimativas iniciais foram elaboradas pelo próprio Carf, de acordo com uma metodologia que "não se mostrou crível". Segundo ele, o fisco não vai mais adotar esses números e ajustará inclusive a projeção de

receitas para 2025, hoje em R\$ 28,5 bilhões. "Não vamos adotar mais essa metodologia [do Carf]. [O número] Vai ficar abaixo", afirmou.

No balanço das receitas por tipo de tributo, a arrecadação total com PIS/Cofins teve uma alta real de 18,6% em 2024 e alcançou R\$ 541,7 bilhões. Segundo os técnicos da Receita, o impulso do setor produtivo teve um papel importante, mas não explica sozinho o resultado. Houve a retomada da tributação sobre combustíveis, que ficou zerada por um período de 2023, e mudanças na legislação (como taxa de créditos obtidos via legislação do ICMS para ações de custeio). "Tem fatores de legislação e do próprio comportamento da economia", disse o coordenador de Previsão e Análise da Receita Federal, Marcelo Gomide.

A receita previdenciária, por sua vez, subiu 5,34% acima da inflação e somou R\$ 685 bilhões. Segundo Gomide, o desempenho reflete o crescimento da massa salarial e ocorreu a despeito da criação de uma nova desoneração da folha para municípios menos populosos, com impacto estimado em R\$ 10 bilhões. Essas são as duas principais fontes de arrecadação federal, mas outros tributos também tiveram incremento no ano passado, como Imposto de Importação (33,75%), IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) sobre rendimentos de capital (13,12%) e IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados, com alta de 24,75%).

O desempenho da arrecadação ajudou a equipe econômica a cumprir a meta fiscal para o ano de 2024. O ministro Fernando Haddad (Fazenda) antecipou que o governo fechou o ano passado com um déficit de 0,1% do PIB, ou 0,37% quando considerados os gastos extras para enfrentar as enchentes no Rio Grande do Sul e as queimadas nas regiões Norte e Centro-Oeste. A meta era de déficit zero, mas com margem de tolerância para um resultado negativo de até 0,25% do PIB.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 29.01.2025 – PÁG. A35

O problema da inteligência artificial será a estupidez natural

Tecnologia avança numa época de nacionalismo ressurgente pelo mundo

Rui Tavares

A humanidade teve muito tempo para se preparar para a inteligência artificial. Para não mergulhar nas profundezas do mito, basta dizer que, há cem anos, uma das peças teatrais da moda —hoje esquecida— era a R.U.R. (Robôs Universais de Rossum), do escritor tcheco Karel Čapek. Claro, sabe-se que é daí que vem a palavra "robot" (robô), ela própria sugerida pelo irmão do autor, Josef Čapek, a partir de uma derivação da palavra eslava "rabot", que quer dizer algo como labutar. Mas os robôs de Čapek têm pouco a ver com as criaturas mecânicas que conhecemos hoje em dia.



Os robôs de Čapek eram feitos de uma espécie de protoplasma que permitia dar vida a matéria inerte e criar músculos, nervos e pele. O que os distinguia verdadeiramente dos humanos era a capacidade de raciocinar

sem sentimento. A sua realidade corpórea é irrelevante; o que importa mesmo é a existência de uma inteligência artificial criada por nós, mas que nos vê sem emoções nem ilusões —e que não gosta do que vê. A peça de Čapek foi escrita no início dos anos 1920 e se tornou um sucesso internacional, um feito para um texto dramático de um idioma falado por poucos milhões de pessoas num país que ainda nem tinha cinco anos como Estado independente.

Durante toda aquela década, a R.U.R. rodou pelos palcos europeus e mundiais e deu origem a debates literários com alguns dos intelectuais da época, incluindo George Bernard Shaw e G.K. Chesterton —a quem Čapek responde, dizendo que o cerne da sua peça é a interação entre duas verdades, a saber: que "o progresso técnico emancipa o homem do trabalho... mas também o desmoraliza". Em 1924, a peça levou a Nova York o tema da revolta das criaturas contra os seus criadores, que já era clássico e se tornou uma banalidade. Mas, em 1929, o crítico de um jornal simpático à causa operária pôs o dedo na ferida da vantagem essencial dos robôs sobre os humanos: "Ao ter feito os seus robôs universais e não nacionais, e portanto imunes às guerras entre si como aquelas que emergem pelas rivalidades e invejas internacionais, [o autor] descobre que os robôs conseguem formar uma união universal pela exterminação dos homens" —isso foi escrito dez anos antes da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Escrevendo numa época de nacionalismos furiosos entre as duas grandes guerras mundiais, Čapek entendia o cerne da debilidade humana que representa o apoio ao nacionalismo tacanho perante ameaças universais. É acima de tudo isso que me faz pensar o falatório global desta semana sobre inteligência artificial chinesa contra inteligência artificial americana. Tal como não havia "física judaica", "matemática alemã" ou "biologia soviética", como no tempo de Čapek se dizia, a inteligência artificial é, na essência, apenas uma. Nacional será, sim, a incapacidade de a conseguirmos regular. Tivemos cem anos para pensar nisso. Mas a inteligência artificial chega numa fase de nacionalismo ressurgente. Sempre o pior momento; mas nada que surpreendesse Čapek.

JORNAL – O HOJE – 29.01.2025 – PÁG. 10

Ministro do STJ mantém prisão de policial penal suspeito de furto de armas

Manoel L. Bezerra Rocha



O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Herman Benjamin, negou o pedido de liminar em habeas corpus para que fosse revogada a prisão preventiva de um policial penal denunciado por participação no roubo de 22 armas de um clube de tiro. Consta na denúncia apresentada pelo Ministério Público que o policial, apontado como integrante de uma organização criminosa envolvida em delitos graves, teria facilitado o acesso de comparsas ao clube, do qual era sócio.

O habeas corpus, com pedido de liminar, foi impetrado no STJ após o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) manter a prisão preventiva, por entender que a medida foi fundamentada em elementos concretos dos autos –



CLIPPING

DATA

29.01.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

12 de 24

RESPONSÁVEL

Iris Helena

como interceptações telefônicas, laudos periciais e depoimentos – e que haveria risco à ordem pública e à instrução criminal se o acusado fosse posto em liberdade.

Para a defesa, não estariam presentes no caso os requisitos legais da prisão preventiva, que teria sido decretada sem fundamentação adequada. Além disso, a defesa sustentou que não foram explicitados os motivos pelos quais o juiz deixou de aplicar as medidas cautelares alternativas previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal. Ao analisar o pedido de liminar, o ministro Herman Benjamin afirmou que não foi verificada situação de urgência que justificasse a intervenção da presidência do STJ em regime de plantão. Segundo ele, a análise mais detalhada do caso deverá ser feita no julgamento definitivo do habeas corpus, a cargo da Sexta Turma do tribunal, sob a relatoria do ministro Sebastião Reis Junior.

Aumento de pena

O Senado votará o PL 5.550/2020, que altera o Código Penal de 1940, para aumentar penas para os crimes de furto, roubo e receptação. O projeto aponta o crescimento do índice de crimes patrimoniais em todo o país. Para o senador, os crimes de furto e de roubo alimentam o comércio desses produtos e a receptação. Pelo PL, “a receptação, além de incentivar a prática de outros crimes, prejudica a arrecadação de impostos e gera o desemprego e a concorrência desleal. De uma forma geral, o crime contra o patrimônio só é praticado porque o criminoso sabe que poderá comercializar, posteriormente, o produto de seu delito”.

Porte de arma rural

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou, em dezembro, projeto de lei do Senado (PL 3853/19) que autoriza os habitantes das zonas rurais a comprarem arma de fogo para defesa pessoal. Para se beneficiar da medida, o interessado deverá ser maior de 21 anos; e apresentar documento de identificação pessoal, comprovante de moradia e atestado de bons antecedentes. A proposta altera o Estatuto do Desarmamento, que hoje permite aos moradores das áreas rurais apenas comprar armas voltadas à caça de subsistência, e desde que sejam maiores de 25.

Corregedoria Nacional apreende computadores de gabinete de desembargador

A Corregedoria Nacional de Justiça determinou a apreensão e extração de dados de equipamentos eletrônicos de uso funcional no gabinete do desembargador Walter Roberto Paro, do Tribunal Regional do Trabalho da 8.ª Região (TRT-8), em Belém (PA). A ação foi cumprida pela Corregedoria-Geral do Trabalho, com o apoio da Polícia Federal. As medidas, de caráter preventivo e cautelar, visam instruir os procedimentos administrativos que tramitam no Conselho Nacional de Justiça e na Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

TRF1 regulamenta resolução sobre direito de advogadas lactantes ou adotantes

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) regulamentou, por meio da Resolução Presi 95/2024, o direito de preferência para advogadas grávidas, que estão amamentando, tiveram ou adotaram bebês nas sustentações orais e audiências na Justiça Federal da 1ª Região.

A Resolução, publicada recentemente, também estende o direito, no que couber, às demais mulheres envolvidas no processo. A decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região segue a Recomendação CNJ 128/2022, que incentiva a adoção do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero por todos os órgãos do Poder Judiciário e atende ao Regimento Interno do TRF 1ª Região, que já previa preferência para advogados com necessidades especiais, idosos e advogadas gestantes. A medida também foi fundamentada na Lei 8.906/1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a qual foi alterada pela Lei 13.363/2016.



JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 29.01.2025 – PÁG. 06

Dificuldade na cobertura vacinal preocupa gestores

Conselho Federal de Medicina (CFM) cobrou do governo federal mais imunizantes e apontou falha grave na gestão pública. Secretarias relatam problemas para atender demanda da população

Maria Beatriz Giusti / Vitória Torres

O Conselho Federal de Medicina (CFM) cobrou do governo federal medidas para solucionar a falta de vacinas nos sistemas públicos. O problema compromete a segurança sanitária do país e coloca em risco a saúde da população, agravando a vulnerabilidade de milhões de brasileiros a doenças preveníveis. A entidade destacou que a escassez de imunizantes representa uma falha grave na gestão pública. Ao **Correio**, secretarias estaduais de saúde também relataram dificuldades para cumprir o calendário vacinal.

A cobrança veio após levantamento da Confederação Nacional de Municípios (CNM), que revelou 65,8% dos municípios brasileiros com dificuldades no abastecimento de imunizantes. Na avaliação do CFM, a falha no fornecimento de vacinas é uma negligência por parte do Ministério da Saúde, que não tem cumprido sua responsabilidade de garantir a disponibilidade constante desses imunizantes. Por meio de nota, o governo



informou que atendeu integralmente a demanda de vacinas dos estados no último mês e reiterou que enviou 100% das doses solicitadas. Segundo dados da Saúde, nos últimos seis meses de 2024, foram distribuídas 93.445.119 doses de vacinas às unidades da Federação, totalizando 275.163.206 ao longo do ano. O Acre foi o estado que recebeu o menor número de imunizantes.

De acordo com dados do Ministério da Saúde, sobre a distribuição de vacinas, o número de doses teve uma diminuição entre 2023 e 2024, em especial as vacinas



CLIPPING

DATA

29.01.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

14 de 24

RESPONSÁVEL

Iris Helena

contra catapora (varicela), covid-19 e DTP, conhecida também como tríplice bacteriana infantil. O número de municípios com mais de 95% de cobertura da segunda dose da tríplice viral aumentou em 180%, segundo o governo, atingindo 2.408 cidades brasileiras. O diretor do Programa Nacional de Imunizações, Eder Gatti, afirmou que eventuais problemas serão resolvidos com a chegada de novos fornecedores. "Garantimos o abastecimento até mesmo da vacina contra varicela, que estava enfrentando dificuldades devido a questões com fornecedores. Hoje, temos três fornecedores para essa vacina, o que assegura a normalização do fornecimento ao longo do primeiro semestre de 2025", explicou.

Dificuldades

Nos últimos meses, secretarias estaduais de Saúde no país enfrentaram desafios relacionados ao desabastecimento de vacinas, o que gerou impactos na cobertura em diversos estados. Entre as vacinas mais afetadas estão as da varicela (catapora), covid-19 e outras do calendário nacional, como as destinadas a crianças e adolescentes. O Correio entrou em contato com as pastas e obteve algumas respostas sobre a situação. Houve relatos de dificuldades em estados como Goiás, Espírito Santo, Pará e Rio de Janeiro. No estado goiano, por exemplo, a secretaria local informou que a vacina contra a varicela está em desabastecimento desde o segundo semestre de 2024. A pasta recebeu, no início de janeiro deste ano, um quantitativo reduzido de 3.600 doses, o que é insuficiente para atender à demanda do mês. Além disso, o estado enfrenta problemas semelhantes com a vacina contra a covid-19, afetando a faixa de 5 a 12 anos.

O Espírito Santo também relatou escassez da vacina contra a varicela devido a um contingenciamento nacional, o que comprometeu a distribuição regular para atender a população local. A secretaria do estado também disse que aguarda a autorização do Ministério da Saúde para novos pedidos de vacinas contra o coronavírus. No Pará, a situação também é preocupante, com a falta de vacinas contra a varicela e a covid-19. Além disso, para atender à rotina, o estado do Rio de Janeiro recebeu, em dezembro, menor quantidade do que o solicitado. Em contraste, Mato Grosso e Paraná relatam uma situação mais controlada, com distribuição normalizada e reposição das vacinas que estavam em falta, como a tetravalente e a varicela.

A SES-SP informou que todos os imunizantes recomendados e estabelecidos pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI) são adquiridos e entregues pela pasta, sendo responsabilidade do estado a distribuição para os municípios. "No momento, as vacinas do calendário estão disponíveis aos municípios. A pasta mantém diálogo contínuo com o órgão federal para receber novas remessas e manter os estoques estratégicos abastecidos", disse. Segundo o médico infectologista Leandro Machado, os riscos da falta de vacina são os possíveis surtos de enfermidades, como sarampo e poliomielite. "Doenças que poderiam ser prevenidas começam a reaparecer, sobrecarregando hospitais, aumentando custos e colocando em risco vidas, especialmente de grupos mais vulneráveis, como crianças e idosos", diz. "Além disso, abala a confiança da população no sistema de saúde. Quando a promessa de proteção não é cumprida, muitos deixam de acreditar na eficácia das campanhas de vacinação, criando um círculo vicioso que compromete futuros esforços de imunização", completa.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 29.01.2025 – PÁG. 10

Trump, o xerife do mundo

O presidente dos Estados Unidos, ainda que munido de quase superpoderes e em posse da maleta com os códigos nucleares, não tem licença para governar o planeta ou se indispor com outras nações

Rodrigo Craveiro

Em nove dias de governo, Donald Trump provocou um terremoto político ao assinar quase 100 ordens executivas e revogar 78 medidas tomadas pelo seu antecessor, o democrata Joe Biden. Além de declarar emergência nacional na fronteira com o México, começou a promover a propalada caçada aos imigrantes ilegais nos Estados Unidos e determinou que entre 1,2 mil e 1,5 mil estrangeiros não documentados sejam presos diariamente. Ao ser questionado pela jornalista brasileira Raquel Krähenbühl sobre a relação com o Brasil, Trump disse ser excelente, mas emendou da pior forma possível: "Eles precisam de nós, não precisamos deles; todos precisam de nós".



Uma demonstração de arrogância e de prepotência em tempos de multilateralismo. A imposição de sanções e tarifas à Colômbia, que se recusou a receber voos de repatriados em condições degradantes, mostra que Trump coloca o tal do America First ("América em primeiro lugar") à frente do bom senso e do bom trato diplomático. Ao ameaçar tomar a Groenlândia e o Canal do Panamá, ao mostrar um mapa dos EUA com a anexação do Canadá e ao mudar o nome do Golfo do México para Golfo da América, Trump demonstra uma visão distorcida do cargo.

O presidente dos Estados Unidos, ainda que munido de quase superpoderes e em posse da maleta com os códigos nucleares, não tem licença para governar o planeta ou se indispor com outras nações. Há quem diga que a postura de xerife do mundo pode isolar Trump e espalhar a influência econômica da China mundo afora. Ao deportar milhões de imigrantes — se é que conseguirá concretizar a promessa —, o republicano coloca uma faca contra o pescoço da própria economia. Afinal, são os imigrantes que trabalham duro na lida das lavouras, na limpeza dos banheiros de restaurantes, na faxina, nos serviços pesados que, certamente, os americanos ou não desejam fazer ou dos quais se acham indignos.

O xerife do mundo quer ditar, inclusive, sobre a vida e a sexualidade alheia. Trump determinou que somente existem dois gêneros nos EUA: masculino e feminino. Com isso, lança as pessoas transgênero no limbo, pois não poderão ter acesso a passaportes, certidão de casamento e outros documentos. Além de normalizar a transfobia, o preconceito. A mais recente de suas decisões pode ser um tiro no próprio pé. Trump congelou todos os programas de assistência à população mais carente e uma pausa nos subsídios e empréstimos federais. Medida que pode prejudicar milhões de norte-americanos, inclusive aqueles que votaram no republicano.

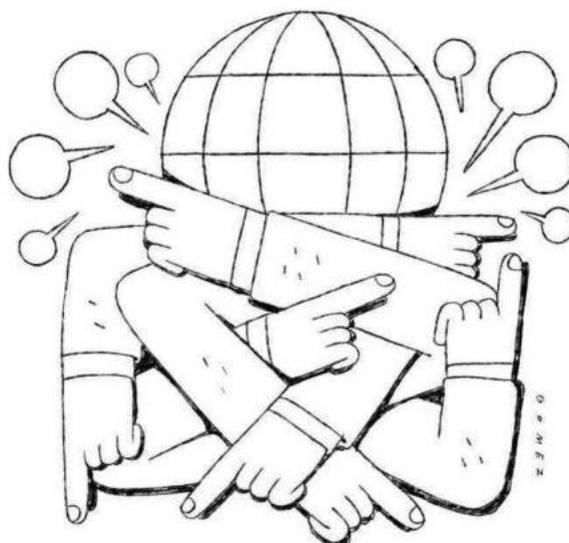
JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 29.01.2025 – PÁG. 11

Um pedaço do mundo

Até novembro, quando ocorrerá a COP, o Brasil inteiro precisa imaginar qual é o rumo que sugerimos para o futuro da humanidade

Cristovam Buarque

Até recentemente, o mundo era a soma dos países, agora, cada país é um pedaço do mundo; o mundo não é mais a soma de países soberanos, mas um sistema integrado deles. Os problemas passaram a ser planetários: mudanças climáticas, migração em massa, poder das big techs, crime organizado, internacionalização das cadeias de produção, pobreza, desemprego, inteligência artificial.



Depois da radicalidade da globalização econômica e cultural, da disponibilidade das estatísticas globais com possibilidade de processá-las em computadores, das mudanças climáticas e depois da visão da Terra fotografada desde o espaço, já não faz sentido dizer "o que importa é meu país". Não se justifica mais dizer "Amazônia é nossa e podemos queimá-la, pavimentá-la, explorar seu petróleo". A Amazônia é nossa, mas temos uma responsabilidade para cuidar dela em nome da humanidade.

O mundo é um sistema de países, mas a política continua a decidir por país soberano, no máximo conversando entre eles, mas ainda com a visão de "o que importa é meu país". O mapa mundi com forma de quebra-cabeça, onde cada país é uma peça, já não representa a realidade onde todos são partes do conjunto. A geografia tradicional deixou de representar a realidade social, econômica e cultural, mas continua representando a realidade política. A geopolítica não representa a ecopolítica, mas ainda é a maneira de tomar decisões.

Antes, a Terra era questão de astrônomos e a humanidade, questão de filósofos. Agora, são temas do dia a dia, mas ainda não são questões políticas, porque eleitores e eleitos não votam para resolver problemas do mundo nem para fazer um mundo melhor no longo prazo; votam para seu país ser mais rico nos próximos anos, barrando imigrantes para proteger privilégios e para aumentar a produção industrial, mesmo contra as gerações futuras. Cada país é um pedaço do mundo com futuro comum, mas cada eleitor vê o mundo como reunião de países independentes e o seu, como o centro, não um pedaço do planeta.

No seu livro *Minhas frases dos outros*, Thélío Queiroz Farias cita frase de Joaquim Nabuco: "O verdadeiro patriotismo é o que concilia a pátria com a humanidade". Com mais de cem anos, essa frase ainda é um conceito de filosofia moral, não de prática política. Ao receber votos dos eleitores individualistas, nacionalistas e imediatistas, cada dirigente continua comprometido com seu país e com o imediato, não olhando o futuro do mundo. Não adianta propor um impossível governo do mundo. A maneira de combinar

humanismo e democracia é definir valores morais de interesse da humanidade que imponham limites ao poder dos eleitores de cada país: a moral fica humanista, a política continua nacional.

Essa é a importância das COPs, onde, apesar do nome ser Conferência das Partes, não do todo, diplomatas e militantes se reúnem para discutir o futuro do mundo, não de cada país isoladamente. Embora o acordo final deva ser aprovado e assinado conforme os interesses específicos de cada país por seu respectivo governo, é possível ter otimismo com a COP 30 em Belém, no próximo novembro. Primeiro, porque o Brasil é o país que melhor representa ao conjunto da humanidade; segundo, porque temos um presidente que depende dos votos nacionais, mas tem sensibilidade para os problemas mundiais, inclusive por presidir um país retrato do mundo; terceiro, porque o presidente da COP 30 será um competente e respeitado diplomata com consciência dos problemas do mundo.

Em Belém, na COP 30, sob a liderança do presidente Lula, com competência do embaixador André Aranha Corrêa do Lago e com o prestígio da ministra Marina Silva, o Brasil tem a grande chance de ser o país de onde possa sair uma alternativa para o futuro da humanidade. Para tanto, não devemos enfrentar os problemas do mundo sob a ótica do "o que importa é meu país, depois o resto". Os países desenvolvidos devem entender que o padrão de consumo de suas populações é insustentável, ainda que construam muros e deixem os imigrantes morrendo do outro lado, e os países em desenvolvimento — inclusive Brasil, Índia, China, Nigéria — precisam perceber que cada um de seus ricos consome mais do que o consumo médio de cada habitante dos países ricos.

Até novembro, o Brasil precisa pensar como Nabuco e promover debates em escolas, universidades, clubes, associações, sindicatos, assembleias estaduais, câmaras municipais, o Brasil inteiro imaginando qual é o rumo que sugerimos para o futuro da humanidade, que ações tomar e do que estamos dispostos a abrir mão com a consciência de que somos um pedaço do mundo.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO - 29.01.2025– PÁG. E1

ANPD não multou empresas por violação da LGPD em 2024

Após quase cinco anos de vigência da lei de proteção de dados, punição ainda é rara no país

Luiza Calegari

Após quase cinco anos de vigência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o Brasil avançou na regulamentação do tema, mas ainda engatinha na fiscalização e punição de empresas, na comparação com outros países que são referência no assunto. Segundo levantamento do L.O. Baptista Advogados, no ano de 2024, União Europeia, Reino Unido, Estados Unidos, Argentina e Austrália, somados, aplicaram US\$ 1,7 bilhão em multas por infrações relacionadas à proteção de dados.



O Brasil não aplicou nenhuma. Cinco processos sancionadores foram encerrados no país em 2024, mas todos contra órgãos públicos. Dois tinham como alvo o Ministério da Saúde; um, o Instituto Nacional do Seguro



CLIPPING	DATA 29.01.2025
BIBLIOTECA	PÁGINA Nº 18 de 24
	RESPONSÁVEL Iris Helena

Social (INSS); outro era contra a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF); e o último envolvia a Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas, de Pernambuco. Conforme o parágrafo 3º do artigo 52 da LGPD, os entes públicos não estão sujeitos à pena de multa.

Até hoje, a única empresa multada pela ANPD foi a Telekall Infoservice, no ano de 2023. A penalidade foi de R\$ 14,4 mil, por comercializar dados para campanhas eleitorais. Segundo especialistas, a discrepância se explica pelo fato de os países que serviram de base para a comparação, em sua maioria, já contarem com um sistema de proteção de dados há décadas. Bianca Mollicone, sócia do Pessoa & Pessoa Advogados e especialista em proteção de dados e compliance, lembra que a Europa vem se debruçando sobre o tema desde a década de 1970. No Brasil, a LGPD foi sancionada em 2018, e só começou a ser aplicada em 2020, sendo impactada pela pandemia. “A atuação do governo, hoje, é compatível com o grau de amadurecimento do Brasil em relação ao tema”, diz.

Patricia Peck, sócia-fundadora do Peck Advogados e especialista em direito digital, afirma que a ANPD fez uma escolha, ao menos em um primeiro momento, de aplicar advertências e apostar no dano reputacional, em vez de impor multa. “Essa é uma escolha normal de largada. Mas em um dado momento, para ir para a próxima etapa, vai ser necessário aplicar mais multas, que é o que a gente vê que funciona nos outros países”, diz. Outro fator que pesa para essa discrepância pode ser a falta de cultura do brasileiro de reclamar para a autoridade, que ainda é pouco conhecida. Em 2021, a ANPD fez um convênio com a Secretária da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), do Ministério de Justiça, para atuar em conjunto com os órgãos de defesa do consumidor. Segundo Patricia Peck, as empresas com relação de consumo têm sido multadas pelo Procon e autuadas pelo Ministério Público, que estariam suprindo a função sancionatória na proteção de dados. “Esses órgãos já têm uma estrutura mais capilarizada. E o cidadão também está mais acostumado a reclamar para o Procon.”

Em 2024, os principais alvos das sanções no exterior continuaram sendo as empresas de tecnologia, especialmente big techs, e indústrias de varejo e comércio. Essas já são as empresas mais visadas desde o ano de 2022, quando o L.O. Baptista Advogados começou a pesquisar o tema. A maior multa individual de 2024 (e da história), de US\$ 1,4 bilhão, foi aplicada contra a Meta, dona do Facebook, WhatsApp e Instagram, pelo governo do Texas, nos Estados Unidos, por captura e uso de dados biométricos sem autorização legal. Mas outros setores começaram a se destacar ao longo do ano, e devem continuar dando trabalho para as agências reguladoras em 2025: bancos e companhias do setor financeiro, além de empresas ligadas à saúde. “Em todos esses segmentos existe significativa exposição de titulares de dados pessoais a atividades intensivas de tratamento realizadas pelas empresas”, explica Fabrício Polido, sócio da área de direito digital do L.O. Baptista.

O Uruguai, por exemplo, aplicou advertências ou instruções para conformidade contra sete instituições financeiras, a maioria por contatos não solicitados, via mensagem ou ligação. O país não aplica multas. Argentina e Austrália também investigaram empresas do setor. A Argentina multou uma empresa do setor de saúde por contatos indesejados. Nos Estados Unidos, um tribunal da Pensilvânia chancelou o acordo que obrigou uma empresa médica a indenizar cerca de 134 mil pessoas em US\$ 65 milhões por vazamento de dados de registros médicos e fotos dos pacientes, que passaram por tratamento de câncer.

Segundo Polido, nos últimos anos as infrações aplicadas pelos órgãos reguladores e judiciais vêm se sofisticando, alcançando a captura e tratamento de dados biométricos como o reconhecimento facial. “Outra



CLIPPING

DATA
29.01.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
19 de 24

RESPONSÁVEL
Iris Helena

novidade que pode chamar a atenção dos reguladores é a chamada raspagem de dados, quando uma empresa captura dados disponíveis publicamente na internet e comercializa como se fosse uma base de dados pessoais, só que sem passar pelas bases legais de tratamento", complementa. Embora esses temas possam indicar um rumo para o desenvolvimento da proteção de dados no Brasil, dificilmente haverá uma explosão de novas multas e sanções no país em 2025, a depender da própria agenda de prioridades da ANPD. Por enquanto, o foco do órgão está na regulação que, segundo destaca o L.O. Baptista, tem avançado.

Ao longo de 2024, a ANPD editou resoluções importantes, como a que torna obrigatória a nomeação de um encarregado pelos dados (DPO) e a publicização dessa informação. No fim do ano, a entidade informou que fiscaliza 20 empresas que não se adequaram, dos setores de tecnologia, telefonia, educação, saúde e varejo. Também determinou os requisitos para transferências internacionais de dados, ressalta Polido. Conforme a Resolução nº 23, de 2024, que traz as diretrizes para este ano, o órgão ainda se debruçará sobre a regulação dos direitos dos titulares de dados, do compartilhamento de dados pelo poder público e do tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes.

Em relação à coleta de dados biométricos, por exemplo, um estudo da ANPD registrou aumento em diversos contextos, como atividades escolares, controle de fronteiras, estádios de futebol e transações financeiras. A lista de prioridades prevê a atuação, “mediante regulamentação ou documentos de caráter orientativo, com vistas ao estabelecimento de parâmetros que assegurem a realização do tratamento de dados biométricos de forma equilibrada e compatível com a legislação”. Um dos principais pontos cegos é a regulamentação dos padrões técnicos mínimos de segurança. O artigo 46 da LGPD prevê que a ANPD defina esse patamar, mas o dispositivo ainda não foi regulamentado. Ele está na lista de prioridades do órgão. A ausência de critérios dificulta a sanção, dizem os especialistas. “O sistema de garantias fica incompleto se não ficar claro quais são os requisitos mínimos de segurança, até para as empresas se sentirem tranquilas por estar em conformidade com a legislação”, afirma Patricia Peck.

Especialistas alertam, porém, que a proteção da privacidade não pode inviabilizar os avanços tecnológicos. “É preciso garantir os direitos dos titulares sem impedir a inovação, para que a proteção de dados não vire uma camisa de força para o desenvolvimento”, diz Bianca Mollicone.

Sessões do Carf são afetadas por paralisação de auditores

Segundo o Sindifisco Nacional, já teriam deixado de ser julgados, neste mês, processos que somam R\$ 51 bilhões

Luiza Calegari

Processos tributários deixaram de ser julgados neste mês, no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), em razão da adesão de conselheiros representantes da Fazenda à greve nacional dos auditores da Receita Federal. O Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco Nacional) estima que o movimento afetou casos que somam R\$ 51 bilhões. Os conselheiros, de acordo com fontes ouvidas pelo



Valor, estariam retirando de pauta processos das sessões virtuais marcadas para este mês. Mas estão votando normalmente nos casos relatados por representantes dos contribuintes.

marcadas para o mês de fevereiro, que serão presenciais. “Queremos que o governo rapidamente cumpra o que foi combinado e instale uma mesa de negociação para que se possa resolver rapidamente essa pendência [pedido de reajuste de salários]. Conseguimos avançar em vários aspectos. A Receita já está muito sensibilizada. A solução do problema está nas mãos do Ministério da Gestão e da Inovação”, diz. “Sabemos que uma greve causa grandes incômodos para a sociedade e afeta até a arrecadação”, acrescenta.

A paralisação foi necessária, afirma o presidente da entidade, diante da “falta de compromisso” do Ministério da Gestão e da Inovação com as negociações de reajuste salarial da categoria, que está sem reposição da inflação desde 2016. A adesão dos conselheiros representantes da Fazenda, segundo a entidade, “é de quase 100%”. Também estariam suspensos “o trabalho de desenvolvimento e homologação do sistema de Inteligência Artificial (IARA) e da triagem de processos no montante de mais de R\$ 1 trilhão”. Procurado pelo Valor, o Carf informou que não iria se manifestar sobre o assunto.

O movimento, segundo tributaristas, pode afetar a arrecadação de receitas oriundas do Carf, que já está abaixo das expectativas da Receita Federal. Ontem, o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros, Claudemir Malaquias, informou que a previsão de R\$ 28,6 bilhões para este ano será revisada para baixo. Em 2024, segundo a Receita Federal, a arrecadação com julgamentos do Carf totalizou somente R\$ 307 milhões, valor que representa 0,5% do projetado pelo Ministério da Fazenda. O órgão previa arrecadar até R\$ 55,6 bilhões com o restabelecimento do voto de qualidade — desempate pelo presidente da turma julgadora, que é representante da Fazenda.

Caio Quintella, ex-conselheiro da Câmara Superior do Carf e sócio do Nader Quintella Advogados, lembra que desde 2017 o funcionamento do Carf é afetado por paralisações dos auditores fiscais. “Neste ano não

houve ainda, propriamente, uma suspensão institucional das atividades do Carf. Mas há a retirada de processos da pauta de julgamento por conselheiros que são auditores fiscais, cujo efeito prático acaba sendo de redução da monta de processos julgados.” Júlio César Soares, sócio da Advocacia Dias de Souza, ressalva que a reivindicação dos conselheiros é legítima, mas que é necessário cautela para que as concessões feitas aos representantes da Fazenda não aumentem ainda mais a disparidade entre eles e os conselheiros dos contribuintes.

“O Carf não é um órgão composto exclusivamente por conselheiros oriundos da Receita. Em razão da própria forma de ingresso dos conselheiros que representam os contribuintes, estes não têm meios de reivindicar melhores condições, e há um risco de a discrepância ficar ainda maior”, afirma o advogado. A paralisação dos auditores fiscais começou no dia 26 de novembro e, até dezembro, segundo entidades ligadas ao comércio exterior, tinha travado a liberação de mais de 50 mil encomendas e documentos só nos aeroportos de Guarulhos e Viracopos, ambos do Estado de São Paulo. Os conselheiros do Carf teriam começado a aderir à greve este mês.

Destaque

Medicamento suspenso

A 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve a condenação de uma empresa farmacêutica ao pagamento de indenização por danos sociais devido à suspensão do fornecimento de um implante hormonal sem a observância dos prazos regulamentares. Após a interrupção da produção e o cancelamento da distribuição do medicamento Riselle, o Ministério Público de São Paulo (MPSP) ajuizou ação civil pública contra a empresa farmacêutica responsável.



Pedi o pagamento de indenização por danos morais coletivos em razão de desrespeito aos prazos estipulados pela Resolução RDC 48/2009, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O juízo de primeira instância condenou a farmacêutica por violação de direitos sociais e determinou o pagamento de uma indenização de R\$ 300 mil ao Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados. Ao julgar a apelação, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) confirmou a decisão, o que foi mantido pelo STJ. Para a relatora do caso, ministra Nancy Andrighi, ficou caracterizado o dano social (REsp 2040311).

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 29.01.2025 – PÁG. E2

A hora e a vez das ações por danos concorrenciais

Dispositivos da Lei de Defesa da Concorrência, que pavimentam a via judicial às vítimas de cartel, fazem surgir a esperança de que essa importante virada de página constitua o passo fundamental na escrita de um novo capítulo do direito antitruste brasileiro

Ernesto Tzirulnik e Lea Vidigal

Embora tenham sido expressamente previstas no artigo 47 da Lei de Defesa da Concorrência (LDC), as ações de reparação por danos concorrenciais (ARDCs) apresentam um histórico de insatisfatória disseminação no Brasil, ao contrário de países como os Estados Unidos, onde essas demandas coletivas e individuais de indenização por danos concorrenciais são amplamente utilizadas.

Isso se deve ao fato de que aspectos relevantes à propositura das ARDCs, sobretudo aqueles relacionados ao prazo prescricional para o seu ajuizamento, não haviam sido satisfatoriamente disciplinados pela LDC. Tais insuficiências normativas ocasionaram um cenário de enorme insegurança jurídica no ajuizamento de ARDCs e a produção de uma incipiente jurisprudência pró-cartel, que serviram como estímulo à prática de infrações contra a ordem econômica.



Exemplo disso são os julgados que, desconsiderando a maneira como são formados os cartéis, estabelecem que o termo inicial do prazo prescricional para o ajuizamento de ARDCs não dependeria da ciência do dano por parte da vítima, e teria o seu início, portanto, na data da violação do direito. Adeptos dessa interpretação absurda parecem acreditar que as vítimas de cartel são avisadas pelas empresas cartelistas sobre a prática dos ilícitos perpetrados. Ora, se o próprio Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), com todo o seu poder investigatório, chega a levar mais de uma década para concluir pela existência de um cartel, de que maneira as suas vítimas poderiam obter tal conclusão desde a prática do ilícito?

Assim, durante mais de uma década de vigência da LDC, empresas comprovadamente lesadas por cartéis simplesmente deixaram de buscar a reparação pelos prejuízos suportados, diante do desestímulo provocado pela legislação e jurisprudência sobre a aplicação privada da lei antitruste (private enforcement) em nosso país. Contudo, em novembro de 2022, com o advento da Lei nº 14.470/2022, que acrescentou novos dispositivos à LDC, foram estabelecidas alterações substanciais no regime jurídico das ARDCs. A partir de então, a lei antitruste brasileira passou a estabelecer de maneira expressa: (i) que o prazo prescricional para o ajuizamento das ARDCs fica susgado durante o curso do inquérito ou do processo administrativo no âmbito do Cade (caput do artigo 46-A da LDC); (ii) que o prazo prescricional da pretensão indenizatória é de cinco



CLIPPING

DATA
29.01.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
23 de 24

RESPONSÁVEL
Iris Helena

anos, a contar da ciência inequívoca do ato ilícito (parágrafo 1º do artigo 46-A da LDC); (iii) que a publicação do julgamento final do processo administrativo pelo Cade configura a ciência inequívoca do ilícito (parágrafo 2º do artigo 46-A da LDC).

Além disso, a LDC também passou a disciplinar que: (iv) os prejudicados pelos danos concorrenciais terão, em regra, direito a ressarcimento em dobro; (v) a decisão condenatória do Plenário do Tribunal do Cade é apta a fundamentar a concessão de tutela da evidência nas ARDCs. A introdução desses novos dispositivos na LDC e a sua consistente aplicação pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em relevantes julgados são dignas de celebração, na medida em que contribuem para a criação de um ambiente hostil não mais às vítimas de ilícitos concorrenciais, mas aos autores destes, já que importantes obstáculos ao ajuizamento das ARDCs foram eliminados pela Lei nº 14.470/2022, servindo de estímulo à difusão da aplicação privada da lei antitruste no Brasil.

A experiência antitruste brasileira revela que a aplicação da LDC pelo Cade (public enforcement), apesar da sua inegável relevância, é insuficiente para a contenção da prática delitativa das empresas cartelistas, cujas condutas anticoncorrenciais estrangulam a inovação e comprometem a prosperidade econômica das suas vítimas, levando empresas ao limite da falência. Para que os objetivos do antitruste sejam efetivamente atingidos no Brasil, é indispensável que o public enforcement, concretizado pela aplicação de multas administrativas no âmbito do Cade, venha a ser robustamente complementado pelo private enforcement, com a condenação de empresas cartelistas nas ARDCs ajuizadas pelas vítimas de cartel. A previsão da aplicação privada da legislação antitruste não se deu por acaso, mas por necessidade do país e comprovada experiência internacional, o que nos leva a lembrar a sabedoria de Guimarães Rosa. É da sinergia entre o public enforcement e o private enforcement que nasce o poder dissuasório do direito antitruste.

A ainda escassa utilização da ARDCs no Brasil produz, em síntese, uma lei antitruste de pouca eficácia, incapaz de cumprir os objetivos para os quais foi concebida. Desde os primórdios da construção do antitruste no Brasil, que remontam ao Decreto-Lei nº 869/1938, os seus objetivos estiveram ligados à proteção da economia popular, isto é, a realização do bem-estar comum, o fortalecimento da nossa independência econômica e a satisfação do interesse do povo. Os mencionados dispositivos da LDC, que pavimentam a via judicial às vítimas de cartel, fazem surgir a esperança de que essa importante virada de página constitua o passo fundamental na escrita de um novo capítulo do direito antitruste brasileiro, reconectado às suas próprias raízes, mais atento e protetivo às vítimas de ilícitos concorrenciais, cujos interesses individuais se confundem com as funções do antitruste, com os objetivos da ordem econômica que o estabelece, e com as aspirações de desenvolvimento econômico do país.

DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB

Dia 29 de janeiro – Dia nacional da visibilidade trans

Luta por direitos da população trans é constante diante de tentativas de retrocessos

No dia 29 de janeiro de 2004, em Brasília, foi realizado um ato nacional para o lançamento da campanha “Travesti e Respeito”. O evento ficou marcado por trazer grande visibilidade ao movimento, assim, a data foi escolhida como o Dia Nacional da Visibilidade Trans. O termo “trans” faz referência aos travestis, transexuais e demais grupos que possuem uma identidade ou expressão de gênero que não condiz com o que lhes foi designado biologicamente.



Segundo o Dossiê – Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020, o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. A expectativa de vida de uma pessoa trans no Brasil é de apenas 35 anos. Das mulheres trans no Brasil, 90% acabam se prostituindo por falta de oportunidade no mercado formal de trabalho, em que o preconceito e o estigma acabam tornando-as extremamente vulneráveis e marginalizadas. Com 175 assassinatos de pessoas trans do gênero feminino, 2020 foi o ano com mais assassinatos de travestis e mulheres trans desde o início do levantamento no país. Os crimes de ódio com motivações LGBTIfóbicas são fortemente influenciados pelo patriarcado e posições machistas. Travestis e mulheres trans devem ser consideradas e inseridas em políticas destinadas às mulheres cisgênero, como a proteção às vítimas de violências, políticas sociais e econômicas visando combater a vulnerabilidade social, física e econômica, sem nenhum tipo de hierarquia ou discriminação entre essas identidades.

Ainda segundo a pesquisa realizada pelo Dossiê, 88% das pessoas entrevistadas acreditam que as empresas não estão preparadas para contratar ou garantir a permanência de pessoas trans em seus quadros. É importante que as empresas compreendam que a contratação de pessoas trans é fundamental para a construção de uma organização diversa, plural e rica culturalmente, em que seus colaboradores diariamente, estarão praticando o respeito e a tolerância, valorizando as diferenças e entendendo a sua importância. Um ambiente diverso faz com que os colaboradores fiquem mais criativos e liberem seus potenciais.

A falta de preparo por parte da organização não pode ser utilizada como desculpa para não contratar, pois esse aprendizado pode ser desenvolvido em conjunto por ambas as partes através de uma relação aberta a fim de se construir um ambiente saudável e acolhedor. O uso de ferramentas de gestão, através dos Indicadores Ethos, com estratégias e práticas, podem conduzir a sua empresa na elaboração de uma política que contemple o acolhimento e a convivência de pessoas trans em sua organização, podendo se destacar como um modelo dentro de um mercado inexperiente. O Dia Nacional da Visibilidade Trans tem um importante papel dentro da sociedade brasileira, uma vez que o Brasil é um país que necessita urgentemente corrigir a sua relação com a população trans a fim de superar esses maus números em busca de uma sociedade mais acolhedora, tolerante e diversa. Acreditamos que as empresas têm um papel chave nessa transformação cultural, assumindo a postura de agente social transformador, que pode e deve intervir nesta agenda.